

**A educomunicação no ensino superior como aliada no combate
à evasão escolar: relato de experiência**

**Educommunication in higher education as an ally in the fight
against school dropout: experience report**

**La educunicación en la enseñanza superior como aliada
en el combate a la evasión escolar: relato de experiencia**

Darlan Roberto dos Santos

Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL), Conselheiro Lafaiete/MG – Brasil

Cirley José Henriques

Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL), Conselheiro Lafaiete/MG – Brasil

Resumo

A educomunicação compreende a utilização de ferramentas de comunicação em sala de aula, com objetivos didáticos. Em tempos de grande evasão nas instituições de ensino e desmotivação dos alunos, tal procedimento pode ser bastante útil. Nesse sentido, propõe-se apresentar a educomunicação, em algumas de suas potencialidades, como aliada na educação. Para isso, a pesquisa conta com levantamento bibliográfico, além de relato de experiência. Na coleta de dados, foram adotadas as técnicas de observação participante e aplicação de questionários. Os resultados mostraram que a educomunicação, através de atividade específica, contribuiu para o engajamento de estudantes, o que, conforme hipótese aventada, coloca tal prática como aliada no combate à evasão escolar, na medida em que pode tornar o ensino mais participativo e atraente aos discentes.

Palavras-chave: Educação no ensino superior, Ensino-aprendizagem, Educomunicação, Relato de experiência

Abstract

Educommunication comprises the use of communication tools in classroom, for didactic purposes. In times of high dropout rates in educational institutions and student demotivation, such a procedure can be quite useful. In this sense, we propose to present educommunication, in some of its potentialities, as an ally in education. To this end, the research includes a bibliographic survey, as well as an experience report. We adopted techniques of participant observation and application of questionnaires in data collection. The results showed that educommunication, through a specific activity, contributed to the engagement of students. According to the hypothesis put forward, they place such practice as an ally in combating school dropout, as it can make teaching more participatory and attractive to students.

Keywords: Higher education, Teaching-learning, Educommunication, Experience report

Resumen

La educunicación comprende el uso de herramientas de comunicación en el aula, con fines educativos. En tiempos de gran evasión en las instituciones educativas y de desmotivación de los estudiantes, dicho procedimiento puede resultar bastante útil. En este sentido, se propone presentar la educunicación, en algunas de sus

potencialidades, como aliada en la educación. Para ello, la investigación cuenta con un relevamiento bibliográfico, además de un relato de experiencia. En la recolección de datos se adoptaron las técnicas de observación participante y aplicación de cuestionarios. Los resultados mostraron que la educomunicación, a través de una actividad específica, contribuyó al involucramiento de los estudiantes, lo que, según la hipótesis planteada, coloca a esta práctica como una aliada en la lucha contra la deserción escolar, ya que puede hacer que la enseñanza sea más participativa y atractiva para los estudiantes.

Palabras clave: Enseñanza superior, Enseñanza- aprendizaje, Educomunicación, Relato de experiencia

1. Introdução

O presente estudo encontra as suas raízes na discussão acerca da educação no século XXI. Na contemporaneidade, o ensino, em seus diferentes níveis, encontra desafios, que se colocam para gestores, docentes e até mesmo para os estudantes. No que se refere às Instituições de Ensino Superior (IES), a evasão discente é fator de preocupação, já que pode colocar em xeque até mesmo a viabilidade de cursos inteiros. Na pesquisa em questão, parte-se do pressuposto de que, entre outros fatores possíveis, o desinteresse dos alunos é crucial e desencadeia (ou contribui) para a evasão.

É com base nessa perspectiva que se propõe o debate acerca da educomunicação, como ferramenta que possa auxiliar no combate à evasão escolar no ensino superior. A relação cogitada é simples (mas pertinente): com aulas mais atraentes aos alunos, espera-se engajá-los no processo de aprendizagem, fidelizando-os às instituições.

Para comprovar a tese, o estudo, descritivo e experimental, conta com levantamento bibliográfico preliminar e uso de técnicas de observação-participante e aplicação de questionários, resultando em relato de experiência realizada na Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL), situada na cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais. Entre os meses de setembro e novembro de 2019, foi proposta, aos alunos do 4º período, na disciplina de Direito Constitucional, uma atividade envolvendo a educomunicação.

Ao analisar a prática pedagógica, o intuito é apresentar resultados de uma experiência de educomunicação realizada em sala de aula, contribuindo, assim, com as reflexões a respeito de estratégias de ensino-aprendizagem no século XXI. Nesse

sentido, o itinerário deste artigo parte de considerações acerca da evasão no ensino superior, passando pela abordagem sobre a educomunicação, chegando, enfim, ao relato da experiência que compõe o estudo, seguido de considerações finais.

2. Evasão no ensino superior

A qualidade no ensino é fator de sobrevivência das instituições, frente à crescente concorrência entre as faculdades privadas e aos critérios de avaliação do Poder Público. Com relação a esse quesito, pode-se citar os diversos instrumentos que vêm sendo adotados pelo Ministério da Educação (MEC), através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que incluem visitas de comissões, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e os processos que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Isso vem ocorrendo nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado, para as modalidades presencial e a distância (EaD).

Além da constante vigilância do MEC, a qualidade torna-se fator preponderante na tentativa de fidelizar o aluno, mantendo sua frequência durante todo o curso e evitando a evasão discente. Entretanto, discutir evasão no ensino superior é algo complexo, que exige questionamentos a respeito de responsabilidades, causas e estratégias para minimizar o problema¹.

Quanto às responsabilidades, a questão torna-se mais evidente quando se trata da educação de crianças e adolescentes. A legislação brasileira menciona a responsabilidade da família e do Estado, na missão de conduzir o menor em sua jornada socioeducacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 reitera, em seu artigo 2º, que

a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, LDB nº 9.394/1996)

¹ É pertinente ressaltar que a desistência (evasão) acaba, muitas vezes, fomentando desvantagens sociais e evidenciando a existência de mecanismos relacionados com a violência institucional e simbólica, produtoras de processos de exclusão. O fato é que as instituições de ensino superior, como espaços diversificados, congregam intencionalidades múltiplas e conflitantes. Entretanto, não oferecem garantia de continuidade e permanência para discentes que enfrentam uma série de desafios, que vão da insuficiência de recursos financeiros para manter gastos com a faculdade, à exaustão, diante de aulas conteudistas, muitas vezes conciliadas com uma longa jornada de trabalho. Assim, se a evasão não é enfrentada, perpetua-se um cenário de exclusão. Ver mais em: LIMA; ZAGO (2018).

Entretanto, no ensino superior, comumente, a responsabilidade pela educação recai, basicamente, sobre o aluno e a entidade a qual ele está filiado. Uma proposta de debate aventa-se, nesse sentido: não seria o caso de um maior engajamento de toda a sociedade, a fim de se valorizar, não só o ingresso, mas a permanência no curso superior?

Cabe ressaltar que a evasão acarreta perdas, que impactam sobre as instituições de ensino e também sobre a comunidade como um todo. As consequências são inúmeras, tais como: menos profissionais formados, diminuição de receitas para as instituições privadas, verbas que se perdem nas universidades públicas, além de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Contudo, se faltam iniciativas sociais, de combate à evasão no ensino superior, o mesmo ocorre no âmbito institucional. Segundo dados de 2007 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao MEC, o setor privado investe de 2% a 6% de suas receitas em campanhas de vestibular e ingresso de novos alunos. Porém, são raros os investimentos em campanhas e projetos para manter os estudantes já matriculados. Faltam iniciativas que incluam ações, acompanhamento de resultados e até mesmo fóruns para compartilhamento de experiências bem-sucedidas.

Segundo Silva Filho *et al.*, a evasão deve ser entendida sob dois aspectos similares, mas não idênticos:

1. A evasão anual média mede qual a porcentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo, se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso, que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%.
2. A evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de um certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. Por exemplo, se 100 estudantes entraram em um curso em um determinado ano e 54 se formaram, o índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%. (p. 642)

De acordo com os pesquisadores, observa-se, em todo o mundo, que a taxa de evasão no primeiro ano de curso é duas a três vezes maior que a dos anos seguintes. Em muitos países, tal fato desperta o interesse e esforços, no sentido de

combater o problema, algo que não ocorre com o mesmo empenho no Brasil (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

Até mesmo os dados a respeito são escassos no país. Além do próprio Ministério da Educação, uma das entidades que, reconhecidamente, apuram a evasão escolar no ensino superior, é o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Em sua página na internet, a entidade, nas palavras do pesquisador Roberto Lobo, ressalta:

A evasão escolar é um fenômeno que, embora bastante estudado, não tem sido combatido com a importância que representa para o desempenho acadêmico, financeiro e de imagem de uma instituição de ensino superior (IES). Uma IES que consiga baixar a evasão anual de 20% para 15%, por exemplo, é capaz de aumentar em 8% seu faturamento, o que não é pouco! O desperdício de recursos decorrente da evasão, tanto nas IES públicas como privadas no Brasil, são da ordem de 15 bilhões de reais anuais. ([s.p])

Ademais, o Inep (2018) divulga, regularmente, dados relativos a estudantes matriculados, ingressantes e egressos do ensino superior. Em 2018, o Censo da Educação Superior, elaborado pelo instituto, apresentou um perfil dos estudantes de graduação, considerando taxas de permanência, conclusão e desistência. O levantamento apontou que, dos estudantes ingressos em 2010, 56,8% desistiram do curso – só 37,9% concluíram os estudos. Outros 5,3% continuavam na graduação, após 6 anos.

Evidentemente, a qualidade (ou falta dela) no ensino não é o único fator envolvido na evasão. A grave crise econômica é outro item a ser observado (não sendo, esse, o foco da discussão proposta no artigo). No que se refere à questão qualitativa, há que se mencionar as expectativas do aluno em relação à instituição frequentada, o que, diante da realidade acadêmica, podem encorajá-lo ou desestimulá-lo a concluir o curso.

De acordo com Maria Lourdes Gisi (2006), a falta de recursos para quitar as mensalidades não é o único desencadeador da evasão. A falta de aquisição de “capital cultural”, ao longo de toda a vida escolar, é sentida pelo aluno, assim que ele ingressa na faculdade. Se a instituição superior mantém-se alheia a essa realidade, o aluno, pouco a pouco, sente-se desestimulado, justamente por se sentir impotente, frente às dificuldades e precariedades encontradas ao longo da graduação. Algumas iniciativas podem ajudar a reverter esse cenário, garantindo a qualidade no ensino e minimizando as desistências, especialmente, nos primeiros semestres dos cursos. É

o caso dos cursos de nivelamento, monitorias, minicursos extracurriculares, entre outras ações.

Dias Sobrinho (2003) ressalta que as IES devem se esmerar na luta contra a evasão, privilegiando a constante vigilância em relação à qualidade, através de mecanismos que vão desde as avaliações institucionais até a construção de processos que visem à implementação de um ensino mais dinâmico e atraente. Desse modo, apontamos a necessidade de utilização de ferramentas que já façam parte do cotidiano dos alunos, fazendo com que a aprendizagem se torne mais pragmática, estimulante e menos anacrônica.

3. A educomunicação

É fato que a mídia e seus aparatos tecnológicos exercem uma grande influência na vida dos indivíduos, no contexto pós-moderno. O discurso midiático, em seus diversos formatos e linguagens, tem determinado sobremaneira a relação do indivíduo em sociedade, em vários de seus segmentos, incluindo o ambiente escolar. Assim, educadores e comunicadores vêm percebendo que os meios de comunicação podem auxiliar no desenvolvimento cognitivo e social de estudantes, do ensino infantil à faculdade.

A interação com a mídia possibilita ao aluno o desempenho de um papel de protagonismo, enquanto sujeito da comunicação e, nesse contexto, surge a educomunicação. Segundo Schaun (2002):

educomunicação é um novo campo de intervenção social, caracteriza-se pelas novas práticas inter-relacionais que permeiam o campo da comunicação e da educomunicação, advindas do modo estratificado e já consolidado com que as novas tecnologias da comunicação e a mídia de um modo geral têm legitimado a sociedade contemporânea. Tais práticas não encontram abrigo para sua sistematização teórica, epistemológica e técnica em nenhum dos dois campos visto que instauram novas formas de percepção e atuação. (p. 24)

O termo educomunicação foi usado, inicialmente, pelo educador argentino Mário Kaplún (2002), ainda na década de 1970, ao se referir a experiências envolvendo mídias comunitárias. A partir daí, passou a englobar todas as concepções acerca de usos críticos e pedagógicos dos meios de comunicação. Martín-Barbero (2011) foi um dos pioneiros na conceituação da educomunicação, empregando a expressão “ecossistemas comunicativos”, em menções acerca dos sentidos que os

meios de comunicação possibilitam, bem como, as novas dinâmicas sociais decorrentes das relações com as novas tecnologias.

No Brasil, a questão ganhou ênfase a partir de 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) propôs novos discursos e práticas para a educação formal, estabelecendo a entrada de novos espaços significativos e inter-relações entre a Educação e a Comunicação. Entre os anos de 1997 e 1999, pesquisadores do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP e Universidade das Faculdades Salvador (BA), sob a coordenação de Ismar Soares, realizaram uma pesquisa denominada “Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. A partir desse trabalho, Soares delimitou o campo da educomunicação, considerando-o como

O conjunto das ações inerentes ao planejamento, execução e avaliação de produtos e processos voltados para a criação e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos abertos e criativos, em espaços educativos (formais, não formais ou, mesmo, informais), mediados pelas tecnologias da informação, mediante uma gestão democrática e compartilhada de tais recursos, tendo como meta a ampliação do coeficiente comunicativo dos sujeitos e a prática plena da cidadania. (p.7)

O estudo encabeçado por Soares, direcionado a 178 especialistas de 14 países da América Latina e Península Ibérica, buscou identificar como se estabelece a conexão entre os campos de Comunicação e Educação. A partir da análise das entrevistas, os pesquisadores constataram a existência de quatro áreas de atuação da educomunicação (ALVES, 2007):

1ª Área da “educação para a comunicação”: objetiva trabalhar mecanismos que permitam a compreensão dos conteúdos produzidos pela mídia, isto é, a formação de uma visão do caráter crítico dos educadores. Caracteriza-se por implementar recursos relativos às técnicas da linguagem da comunicação numa inter-relação entre o processo de produção e recepção das mensagens, objetivando uma mudança de entendimento do que se recebe. 2ª Área da “mediação tecnológica na educação”: aborda o uso das tecnologias da informação, no sentido de dinamizar o processo do ensino-aprendizagem, facilitando seu uso pelos educandos. 3ª Área da “gestão comunicativa”: baseia-se no planejamento e realização dos processos e procedimentos que permeiam a Comunicação/Educação no espaço educativo. 4ª Área da “reflexão epistemológica”: focada na reflexão acadêmica conduzida

metodologicamente, garantindo a inclusão entre as práticas da educomunicação. A presente pesquisa está situada nessa área.

Atualmente, considera-se que a educomunicação está em processo de consolidação e autonomização e se firma, cada vez mais, como uma área de intervenção social. Sua utilização, como ferramenta capaz de otimizar os estudos e, em última instância, fidelizar os alunos, devem-se justamente ao cruzamento dos campos da comunicação e educação. Nesse sentido, Paulo Freire (2019) afirma que educar é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a História é um tempo de possibilidades. É um "ensinar a pensar certo" como quem "fala com a força do testemunho". É um "ato comunicante, coparticipado", de modo algum produto de uma mente "burocratizada".

No entanto, toda a curiosidade de saber exige uma reflexão crítica e prática, de modo que o discurso teórico esteja concatenado a sua aplicação prática. A educomunicação seria, portanto, uma ferramenta eficaz, fomentando a prática docente, "implicante do pensar certo, que envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer" (FREIRE, 2019, p.38).

No que tange à sua concepção, a educomunicação é determinada pelo reconhecimento da diferença entre os seres humanos. Aposta na transformação do indivíduo e da sociedade, na descoberta de novos caminhos para a resolução colaborativa de problemas e, sobretudo, na criação de olhares diferenciados sobre o cotidiano. Margarida Krohling entende que a transformação do indivíduo, a partir dessa nova proposta educacional, passa pela comunicação:

Portanto, a comunicação, enquanto objeto do ensino, não pode se esgotar em um plano meramente descritivo ou em suas representações práticas. A comunicação é um instrumento das relações sociais e é nessa concepção que ela se torna aqui objeto de ensino. É importante ressaltar como essa concepção do objeto de ensino recoloca a questão da relação entre a teoria e a prática. Todo processo comunicativo envolve determinada condição, circulação e reconhecimento, que exigem um saber e um fazer (saber-fazer). No entanto, ainda que em um processo de ensino eles possam ocupar espaços distintos, não serão jamais excludentes. (p. 234)

Porém, o que se verifica na maioria das instituições, inclusive, de ensino superior, é uma grande dificuldade, por parte do professor, em adequar-se às tendências da mídia aplicada na educação. Uma análise simplista ou baseada apenas no senso comum indica que isso se deve ao preconceito ou desconhecimento da influência que a mídia exerce sobre a vida das pessoas, em diferentes âmbitos. Por

isso, as discussões sobre as ações educacionais devem ser ampliadas e instigadas. Experiências bem sucedidas devem ser compartilhadas, e divulgadas através de eventos científicos e publicações, a fim de se estimular a prática.

4. Relato de experiência com educação

A atividade teve, como tema, o “Controle de Constitucionalidade”. Foi realizada no segundo semestre letivo de 2019, entre os meses de setembro e novembro. A turma, de 41 alunos, foi convidada a participar de uma prática que consistia, basicamente, na produção de vídeos, sobre o tema em questão. Cada aluno deveria produzir um vídeo, com seu *Smartphone*, compartilhando o conteúdo para o restante da turma, em um grupo de *WhatsApp*, criado para fins acadêmicos. Em seguida, foi realizado um debate, no qual os discentes puderam relatar sua experiência e o conhecimento adquirido sobre o tema do vídeo.

Para coletar dados que fossem úteis ao presente estudo, os pesquisadores (professores da instituição, incluindo o docente responsável pela disciplina) adotaram os procedimentos de observação-participante e aplicação de questionário, através do qual, anonimamente, os alunos puderam expor suas opiniões sobre a atividade envolvendo a educação.

Sobre a instituição de ensino na qual foi realizada a experiência, informa-se: a Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL) foi instituída pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete (Fumes-CL). É uma instituição particular de ensino superior, com sede, foro e atuação circunscrita no município de Conselheiro Lafaiete (MG). A atividade relatada nesta pesquisa foi realizada no 4º período (de um total de 10), durante o segundo semestre de 2019, no turno da noite, tendo sido, para fins do presente estudo, devidamente aprovada e catalogada pela direção da instituição. A tarefa foi dividida em etapas:

- Primeira etapa: exposição sobre o assunto;
- Segunda etapa: gravação dos vídeos (de 1 a 5 minutos), com o uso do *smartphone*;
- Terceira etapa: divulgação dos vídeos no grupo de *WhatsApp*;
- Quarta etapa: discussão dos trabalhos, em mesa redonda, na sala de aula;
- Quinta etapa: coleta de dados a respeito das observações discentes acerca da experiência.

A atividade também contou com um trabalho de *follow up* (acompanhamento constante do docente): os alunos foram acompanhados de perto durante todo o processo e, após a mesa redonda, puderam apresentar seu *feedback* sobre a atividade. Por se tratar de uma experiência pioneira, tanto para o professor, como para os alunos, o docente deixou clara que a participação seria facultativa; quem não quisesse gravar o vídeo poderia entregar a pesquisa de maneira tradicional, em forma de *paper*.

Em um universo de 41 alunos, apenas dois negaram-se a executar o vídeo. Ao serem questionados acerca da relutância, os dois discentes declararam dificuldades para se expressar, timidez excessiva, preferindo o método tradicional de avaliação, com apresentação de trabalho redigido.

Após a conclusão da atividade, todos os alunos da turma responderam a questionários, compostos de seis questões. Os questionários foram aplicados no mês de novembro de 2019 e, com base nos resultados colhidos, foram elaborados os gráficos presentes neste estudo, que foram importantes para as considerações realizadas na pesquisa.

A experiência foi desafiadora, para docente e discentes, e despertou interessantes reflexões, que se basearam na observação participante do professor e em um questionário aplicado aos 41 alunos que participaram da atividade. A primeira questão apresentada aos estudantes já traz um dado que confirma a tese de que o celular é, hoje, um objeto pessoal, de uso totalmente disseminado. Questionados sobre a posse de um aparelho, 100% dos alunos responderam possuir um celular com câmera, o que, de imediato, viabilizou a realização da tarefa. Não foi necessário que a faculdade disponibilizasse nenhum equipamento para a realização do trabalho, já que os estudantes possuíam seus próprios *smartphones*.

Passado o impacto inicial, já que os alunos mostraram-se surpresos com a tarefa proposta, a mobilização dos estudantes foi muito positiva. Conforme exposto anteriormente, apenas dois discentes negaram-se a produzir o vídeo, preferindo realizar tarefa tradicional (com produção de texto em prosa sobre o assunto, digitado e entregue ao professor, de acordo com as normas de formatação da Associação Brasileira das Normas Técnicas).

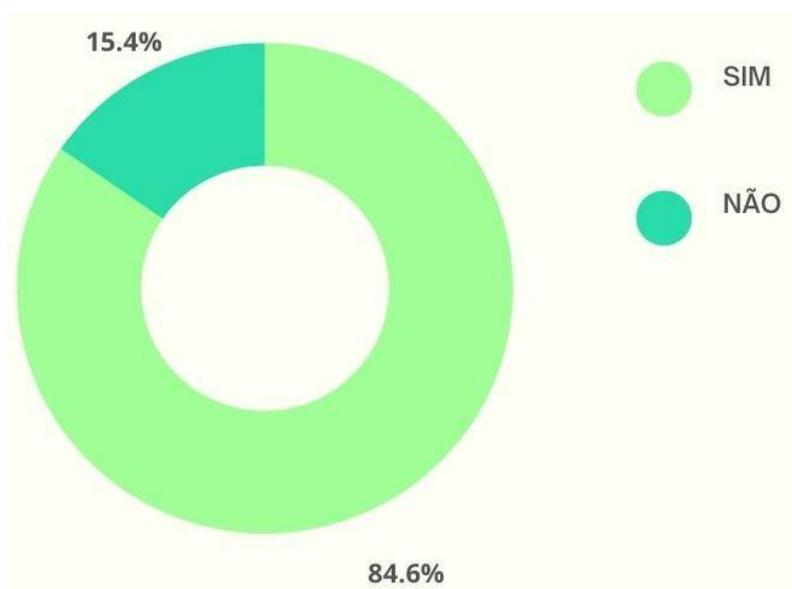
É importante ressaltar o fato da atividade ter sido proposta em um curso de Direito, o qual, como todos os outros cursos, apresenta características particulares e

um perfil médio de aluno. Os cursos de Direito caracterizam-se pela adoção de práticas tradicionais, o que abrange desde o vestuário dos professores e alunos, passando pelas condutas em sala de aula (motivo, inclusive, do choque, que, muitas vezes, ocorre nos dias de hoje, entre a disciplina imposta pelos docentes e os hábitos que os discentes trazem de seu cotidiano, no que se refere ao uso de celulares e outros instrumentos de comunicação). A respeito do perfil dos cursos de Direito, adjetivado, no presente trabalho, como “tradicionalista”, Francischetto (2011) assinala:

A educação jurídica sempre foi fortemente marcada pelas tendências liberais, em especial a tradicional e a tecnicista. Assim, é possível visualizar que o ensino do direito incorporou as suas características não só quanto à forma de trabalhar o conteúdo, com ênfase irrestrita na aquisição de noções e conceitos, sem maior atividade crítica; como também à metodologia utilizada (aula expositiva) e a relação professor/aluno (vertical). (p. 11)

Inserir o *smartphone* na prática acadêmica do Direito representou, portanto, um desafio e uma surpresa, que gerou euforia entre os estudantes, em sua maioria, na faixa etária de 25 anos. Tal empolgação, no entanto, rapidamente foi sucedida pela apreensão, já que os alunos precisariam se expor, mostrar-se em vídeo – e mais: mostrar seu conhecimento sobre um tema específico do curso. No questionário, aplicado após a realização do vídeo, tal apreensão mostrou-se evidente:

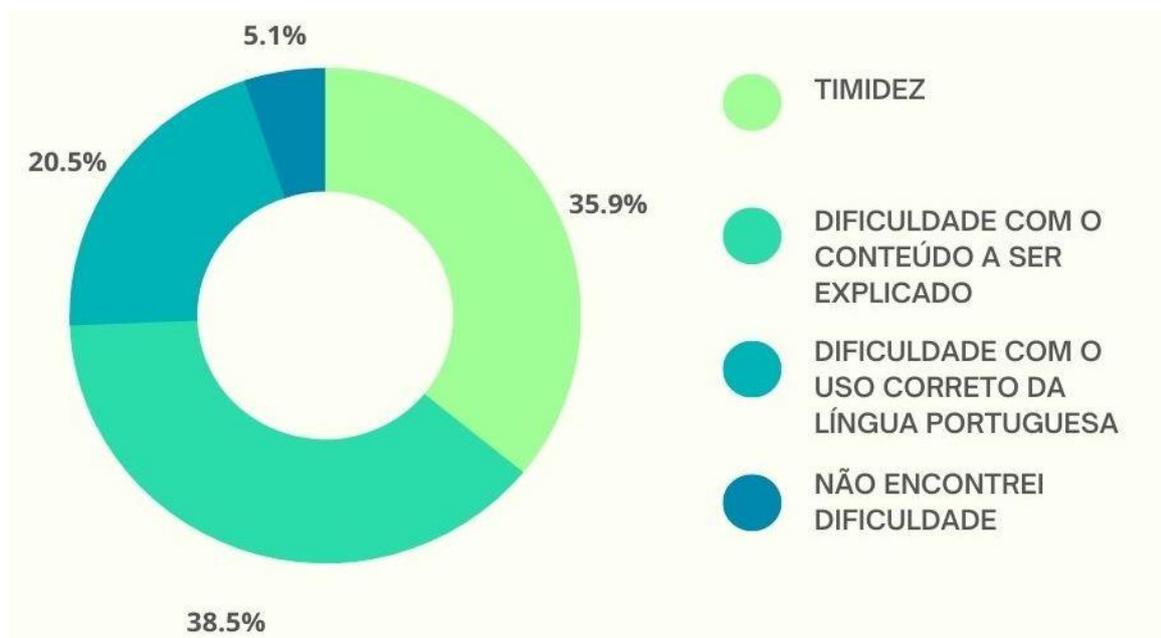
Gráfico 1 - Você encontrou dificuldades para cumprir a tarefa de produção do vídeo?



Fonte: elaborado pelos autores da pesquisa (2019).

Dos 39 alunos que participaram efetivamente da atividade, gravando o vídeo, 33 declararam ter encontrado dificuldades para cumprir a tarefa de produção do vídeo. 6 alunos informaram não ter encontrado dificuldades.

Gráfico 2 - Qual foi a principal dificuldade encontrada na produção do vídeo?



Fonte: elaborado pelos autores da pesquisa (2019).

Ao serem questionados, espontaneamente, sobre a principal dificuldade encontrada, os alunos saíram-se da seguinte forma: 14 alunos apontaram a timidez; 15 alunos informaram que tiveram dificuldade com o conteúdo a ser explicado no vídeo. 8 discentes declararam que tiveram dificuldade com o uso correto da Língua Portuguesa, ao gravarem o vídeo. Dois alunos afirmaram não terem encontrado dificuldades na tarefa.

Nesse sentido, confirma-se a tese de que, atualmente, comunica-se muito, mas tal prática não significa, necessariamente, que os jovens estejam mais aptos à exposição de conhecimentos. Na era da sociedade superinformada, vigora, também, a insegurança diante de temas que demandem conhecimento mais aprofundado, concatenação de ideias, consciência crítica e, até mesmo, uso correto de nossa Língua Portuguesa.

A atividade descrita nesta pesquisa mostrou-se reveladora: é preciso investir mais em um ensino que não se configure apenas como “transmissor de saber”. Em meio a estruturas curriculares engessadas, excesso de conteúdos e disciplinas que

exigem memorização de dados, cursos como o de Direito devem pensar em estratégias que valorizem outras facetas do saber, trabalhando, junto aos alunos, habilidades que incluam o debate, a capacidade de expor posicionamentos embasados, a comunicação proativa.

Afinal, uma simples prática, com o uso de um meio de comunicação tão popular e acessível a todos, foi capaz de estimular reflexões a respeito do cotidiano acadêmico, do descompasso entre as exigências feitas em sala de aula, as expectativas dos alunos, suas deficiências e potencialidades. Entretanto, segundo relato dos próprios alunos, a prática de educomunicação, embora tenha representado um grande desafio (muitos admitiram ter vencido barreiras pessoais, como a insegurança e a timidez), trouxe também bons frutos: a sensação de “dever cumprido”, por terem realizado uma tarefa, até então, inusitada para a turma de Direito, além da otimização da aprendizagem. O próximo gráfico embasa essa percepção:

Gráfico 3 - Como você classificaria a experiência de produzir o vídeo proposto na disciplina de Direito Constitucional?



Fonte: elaborado pelos autores da pesquisa (2019).

Trinta e seis alunos consideraram a atividade “estimulante”, expressando que a tarefa possibilitou um melhor entendimento do conteúdo. 3 estudantes consideraram a tarefa “desestimulante”, e avaliaram que a tarefa não otimizou sua apreensão do conteúdo.

Os discentes, em sua maioria, relataram que a realização do vídeo possibilitou um melhor entendimento do conteúdo, o que se refletiu, inclusive, no debate realizado após a produção e o compartilhamento dos vídeos. Com base na observação-participante, os docentes envolvidos na pesquisa tiveram a clara percepção do engajamento dos alunos, que demonstraram empolgação durante a mesa redonda, compartilhando experiências e dando depoimentos que incluíam uma visão positiva sobre a tarefa, com adjetivos como: “desafiadora”, “empolgante”, “bacana”, “inovadora”.

Durante o debate, muitos discentes ressaltaram que se sentiram inseguros ao gravar os vídeos. Alguns revelaram ter feito o procedimento mais de uma vez, até atingirem um melhor resultado. Entretanto, em sua maioria, os graduandos demonstraram satisfação ao verem o resultado final, e consideraram bastante “divertida” a etapa de compartilhamento dos vídeos, momento no qual puderam assistir aos colegas abordando o tema proposto. Grande parte dos estudantes também destacou que a atividade trouxe muitos aprendizados, não só a respeito do conteúdo da disciplina, mas, também, em relação à capacidade de comunicação e expressão.

No que se refere ao mote central do presente estudo – a discussão acerca da educomunicação como ferramenta de motivação dos alunos e apoio no combate à evasão –, a atividade mostrou-se positiva, ressaltando-se que, como iniciativa pioneira na faculdade em questão, a prática deve ser vista como um protótipo, que deve ser aprimorado e aliado a outras experiências.

O ideal é que as atividades de educomunicação possam somar-se a práticas já sedimentadas, e que têm seu papel e sua importância no processo de aprendizagem. Não se trata, de modo algum, de uma substituição do modelo tradicional. Entretanto, já não é possível, no século XXI, pensar a educação apenas com base em modelos do século passado, inspirados em um modelo rígido de comunicação emissor-receptor.

Diante desse panorama, cabe às instituições e aos docentes incentivarem a utilização de instrumentos como *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, relógios multimídia, de modo mais produtivo, como aliados no processo de ensino-aprendizagem – e não como concorrentes.

A tarefa dada aos discentes demonstrou que é possível inserir as ferramentas de comunicação no cotidiano acadêmico, o que pode ocorrer graças ao empenho e à criatividade de professores e alunos. Uma vez inseridos em um novo contexto de aprendizagem, com o uso de ferramentas, até então, destinadas apenas ao lazer e a tarefas do cotidiano, a grande maioria dos alunos mostrou-se disposta a repetir a experiência:

Gráfico 4 - Você gostaria de realizar outras tarefas acadêmicas que incluíssem o uso de ferramentas de comunicação, como o celular, e ações mais participativas, como a produção de vídeos?



Fonte: elaborado pelos autores da pesquisa (2019).

Dos 41 alunos que compõem a turma, 37 declaram que gostariam de realizar outras tarefas acadêmicas que incluíssem o uso de ferramentas de comunicação, como o *smartphone*, e ações mais participativas, como a produção de vídeos. 4 discentes revelaram que não gostariam de realizar outras atividades similares.

Evidentemente, como já ponderado, a inserção de práticas de comunicação nas salas de aula, com produção e discussão de conteúdos, é algo novo, que, embora já venha sendo discutido desde o final do século passado, ainda representa um grande desafio para professores e alunos. Na pesquisa bibliográfica realizada neste estudo constatou-se que há poucos trabalhos publicados, abordando a utilização de mídias nos cursos de Direito. Entretanto, em um dos textos encontrados, o autor, que também desenvolveu uma prática com uso de *smartphone*, na disciplina de Direito do Trabalho, ressaltou o sucesso da iniciativa:

O experimento pedagógico em tela também confirma que é possível desenvolver o estudo de temas jurídicos de formas distintas e inovadoras, rompendo com o paradigma da educação tradicional que marca historicamente o ensino jurídico no Brasil. Também corrobora a assertividade da premissa de que é possível promover a educação jurídica de forma inovadora e empolgante, com apoio de mídias e fomento ao protagonismo do estudante e aos valores da educação empreendedora. (GALERANI, 2019, p.38)²

Daí a necessidade de outros estudos que, a exemplo da presente pesquisa e do texto citado, possam estimular a discussão sobre a pertinência da educomunicação, estratégias de aplicação e benefícios que podem ser alcançados com tais práticas. Retomando a questão que permeou este estudo, se instituições de ensino e docentes almejam minimizar a evasão escolar, devem agir no âmbito da educação, tornando-a mais atraente, dinâmica e convidativa aos alunos. Essa é, provavelmente, uma das principais maneiras de se manter o estudante engajado no processo acadêmico.

5. Considerações finais

Este estudo propôs apresentar a educomunicação, em algumas de suas potencialidades, como aliada na educação, através da adoção de práticas pedagógicas condizentes com a sociedade atual, e com o perfil de alunos que se tem contemporaneamente, integrados a um contexto de grande utilização dos meios de comunicação.

Para isso, o estudo teve, como delimitação, a educomunicação, que compreende a utilização de ferramentas e/ou conteúdos de comunicação em sala de aula, com objetivos didáticos. Partiu-se do seguinte pressuposto: diante do desafio de manter alunos mobilizados no processo de aprendizagem, é fundamental que se discutam possíveis estratégias que tornem o ensino mais atraente e, conseqüentemente, auxilie na fidelização dos discentes. Daí a escolha da educomunicação e seus procedimentos, como uma das ferramentas a serem aplicadas no processo.

Em seu desenvolvimento, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico, cumprindo os objetivos específicos: apresentar breve histórico sobre a educomunicação, incluindo conceitos e visões de alguns autores que abordam a

² Ver mais em: GALERANI (2019)

questão. Em seguida, foram apresentados os resultados de experiência realizada na disciplina de Direito Constitucional, ministrada no 4º período do curso de Direito, da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). Utilizando os preceitos da educomunicação, a atividade consistia, basicamente, na produção de um vídeo, com o *smartphone*, a respeito do “Controle de Constitucionalidade”. Em seguida, os vídeos foram compartilhados e debatidos pelos alunos. Na coleta de dados para o estudo, foram adotadas as técnicas de observação-participante e aplicação de questionários.

Os resultados foram fundamentais para se comprovar a tese de que a educomunicação pode, através de suas potencialidades, atuar como auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais atraente aos estudantes. Através de sua observação, e analisando os questionários aplicados, apurou-se que a atividade trouxe vários benefícios, como o engajamento dos estudantes e a otimização do aprendizado. Grande maioria dos discentes sentiu-se estimulada durante a atividade, e, apesar de algumas dificuldades (como timidez, domínio da Língua Portuguesa, concatenação dos conteúdos na realização do vídeo), os alunos, em uma parcela significativa, aprovaram a iniciativa, considerando-a eficaz na absorção do conteúdo e, até mesmo, em seu desenvolvimento pessoal, já que também foram trabalhadas aptidões como oratória, argumentação, comunicação e expressão.

Como dificuldades enfrentadas na pesquisa (e, também, na realização de uma atividade de educomunicação em sala de aula), pode-se apontar o estranhamento que alguns alunos (ainda que em um número reduzido) apresentaram diante de uma metodologia que não é usual. Tal situação reflete o contexto educacional em que nos encontramos, ainda presos a procedimentos tradicionais, baseados no modelo rígido e unidirecional de “emissor-receptor” que permeou o ensino, durante séculos a fio.

É importante frisar que a pesquisa, ainda que represente apenas uma pequena amostra sobre as questões ora abordadas, corroborou a ideia de que as metodologias de ensino devem ser revistas, ou, pelo menos, combinadas a abordagens pedagógicas mais condizentes com a época em que vivemos, na qual os meios de comunicação e dispositivos pessoais, tais como *smartphones*, *notebooks* e *tablets*, são instrumentos que compõem o cotidiano de nossos alunos, configurando-se como verdadeiras extensões dos estudantes. Diante disso, nada mais lógico que os educadores valerem-se de tais recursos, como aliados no cotidiano acadêmico, a fim de tornar o processo ensino-aprendizagem mais dinâmico e atraente. Espera-se que

o estudo apresentado tenha continuidade através de outras pesquisas e discussões que envolvam a educomunicação como ferramenta de ensino.

Referências bibliográficas

ALVES, Patrícia Horta. Gênese teórica e prática da educomunicação. *In*. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO .30., Santos, set. 2007. **Anais...** Santos: INTERCOM, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R2403-1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *In*. **Diário Oficial da República**, Brasília, 20/12/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopses do ensino superior**. Censos do ensino superior. Comunicações pessoais. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 15 fev. 2021.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. *In*: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, D. **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 35-52.

FRANCISCHETTO, Gilsilene. **Um diálogo entre ensino jurídico e pedagogia**. Curitiba: CRV, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

GALERANI, Thiago da Silva. **Relato de experiência: atividade pedagógica com uso de smartphones no ensino de direito do trabalho**, 2019. TCC (Especialização em Mídias) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter da desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2016.

INEP. **Censo da Educação Superior 2016**. Disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2016. Acesso em: 20 fev. 2021.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación** (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.

KROLING, Margarida Maria (Org.). **Comunicação e educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Loyola, 2006.

LIMA, F. S.; ZAGO, N. Evasão no ensino superior: tendências e resultados de pesquisa. **Movimento-Revista de Educação**, ano 5, n. 09, p. 131-164, jul./dez. 2018.

LOBO, Roberto. **O acolhimento do estudante e a evasão**. Mogi das Cruzes: Instituto Lobo de Pesquisa e Gestão Educacional, 2019. Disponível em: https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/anexo_0bb0fc8e6e7f0b695673cb173caa8f83.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. *In*: CITELLI, Adilson (Org.). **Educomunicação**: construindo uma nova párea de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011. p.121-156.

SCHAUN, Ângela. **Educomunicação**: reflexões e princípios. São Paulo: Mauad, 2002.

SILVA FILHO, Roberto Leal *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SOARES, Ismar. Alfabetização e educomunicação: o papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida.

Media & Information Literacy, n. 89, p. 1-14, out. 2018. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.